



Militares de LRS do Exército dos EUA e um controlador aéreo avançado (JTAC) da Força Aérea conduzem um salto de grande altitude e baixa abertura (HALO) durante o Exercício de Força Entrada Conjunta 14 B, da U.S. Air Force Weapons School, sobre o Campo de Teste e Treinamento de Nevada, Base Aérea de Nellis, em 04 Dez 14. (Foto do Cb Thomas Spangler, Força Aérea dos EUA)

Batalhão de Vigilância e Reconhecimento Operacional

Cap Brian Fitzgerald, Exército dos EUA

Os comandantes de corpo de exército e de força-tarefa conjunta precisam de meios de vigilância contínua e de longa duração para

transmitir informações a partir de áreas negadas em resposta às necessidades prioritárias de inteligência. Há três meios adequados a essas operações: as Forças

de Operações Especiais (F Op Esp), os Sistemas Aéreos Não Tripulados (SANT, ou UAS, na sigla em inglês) e a Vigilância de Longo Alcance (LRS, na sigla em inglês). Os comandantes têm se mostrado menos propensos a empregar equipes orgânicas das companhias de LRS, apoiando-se mais em F Op Esp e SANT não orgânicos para buscar informações de alta prioridade — em consequência, principalmente, da organização obsoleta e ineficaz dessas companhias. Devido, em parte, a essa situação, o Exército dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou que todas as companhias de LRS serão dissolvidas — e não foi divulgado nenhum plano para substituir a única fração de vigilância no nível operacional. Entretanto, uma reorganização das unidades de LRS de diversas companhias independentes em um batalhão que as reunisse, sem acarretar a necessidade de aumento de efetivo, proporcionaria aos comandantes de corpo de exército meios de vigilância orgânicos mais efetivos, ágeis e previsíveis do que os meios tecnológicos e os relacionamentos não orgânicos *ad hoc*.

Forças de Operações Especiais

Alguns comandantes convencionais talvez enxerguem o emprego de equipes de F Op Esp na condução de vigilância como a solução mais fácil e efetiva para as suas necessidades. A “marca” F Op Esp conta com a confiança e a aceitação do público e é capaz de produzir resultados impressionantes. Uma das doze atividades centrais das F Op Esp é o Reconhecimento Especial (Rec Esp): “ações de reconhecimento e vigilância conduzidas como uma operação especial em ambientes hostis, negados ou sensíveis diplomática e/ou politicamente, com o objetivo de buscar ou verificar informações de importância estratégica ou operacional, empregando capacidades militares não encontradas, normalmente, nas forças convencionais”¹. O emprego de elementos de F Op Esp na condução do Rec Esp isenta o comandante convencional de ter de supervisionar o adestramento de frações orgânicas em atividades de alto risco. Operacionalmente, a possibilidade de lesões, comprometimento e insucesso da missão pode levar os comandantes a darem preferência ao emprego de elementos de vigilância externos à sua organização. As F Op Esp contribuem com vários meios e abordagens operacionais inexistentes nas unidades convencionais. Esses elementos devem fazer parte das opções de vigilância à disposição dos comandantes de corpo de exército e força-tarefa conjunta.

Supostamente, todos os Destacamentos Operacionais-A (*Alpha*) de Forças Especiais (DOFEsp-A, ou SFODs-A, na sigla em inglês) podem conduzir o Rec Esp, e a maioria pode se infiltrar em áreas negadas. Alguns DOFEsp-A contam com a capacidade de infiltração aeroterrestre. Outros dispõem de capacidades de transporte por água e pequenos veículos. A capacidade de todo DOFEsp-A para conduzir o Rec Esp pode criar a falsa impressão de que haja uma abundância em efetivos de vigilância à disposição das tropas do Exército. Além das F Esp, a Companhia *Rangers* de Reconhecimento [Comandos] (RRC, na sigla em inglês) foi formada pela ampliação de um destacamento e aumentou suas capacidades muito além das técnicas tradicionais de reconhecimento. Durante um rodízio no Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto, em outubro de 2012, um subcomandante do *XVIII Airborne Corps* informou a este autor que, no caso de guerra, os comandantes provavelmente utilizariam uma equipe da RRC para conduzir a vigilância atrás das linhas inimigas, em vez de uma equipe de LRS². As equipes oriundas da RRC são extremamente proficientes em infiltrações por salto livre e diversas atividades de busca de informações. Seus resultados em conflitos recentes, comprovando sua capacidade ao longo de todo o espectro de operações militares, indicam que elas continuarão a ser empregadas em um acelerado ritmo operacional no futuro próximo. A disponibilidade da RRC para prover apoio direto aos comandantes operacionais convencionais é, na melhor das hipóteses, inconstante.

Ao contrário da percepção de que exista uma abundante capacidade em efetivos de vigilância, as F Esp já têm mais missões que recursos. Em um conflito de larga escala, as melhores equipes de Rec Esp das F Op Esp seriam alinhadas com as missões de prioridade nacional ou estratégica que fossem surgindo. Seu emprego nessas missões prioritárias privaria os comandantes operacionais de meios de vigilância, como ocorreu na Campanha de Falklands (Malvinas), quando equipes do British Special Air Service (SAS) foram prometidas ao comandante das forças conjuntas como um recurso de reconhecimento operacional. Entretanto, foram incumbidas de uma segunda missão pela autoridade nacional, que consistia na condução de ataques de surpresa para destruir mísseis terra-mar. Durante a campanha, a autoridade nacional designou as equipes do SAS para

essas outras tarefas, privando o comandante das forças conjuntas desse meio em momentos cruciais³.

Toda equipe de F Op Esp conta com várias habilidades especiais, nas quais precisa manter um elevado grau de competência. As equipes incumbidas de priorizar o Rec Esp provavelmente apoiariam as missões das F Op Esp. É improvável que, caso cheguem a estar disponíveis, elas possam prover apoio às forças convencionais por períodos prolongados.

Embora todas as equipes de F Esp estejam aptas a conduzir o Rec Esp, elas podem operar com um nível de proficiência muito aquém das necessidades da missão, conforme demonstraram as missões de reconhecimento profundo na Operação *Desert Storm*. Charles Lane Toomey afirma, por exemplo, que o Destacamento Operacional *Alpha 555* conduziu a missão de Rec Esp depois de um adestramento no Kuwait⁴. A falta de proficiência da equipe em interpretar as imagens de satélite e identificar um local de esconderijo adequado; o plano geral de vigilância; e outras deficiências em técnicas operacionais especificamente relacionadas à vigilância foram mitigados por seu planejamento de contingência, e pela sorte, ao ser descoberta por elementos civis. Embora as equipes de LRS infiltradas durante essa campanha não houvessem sido comprometidas, o oposto ocorreu com as equipes de F Esp em praticamente todos os casos — a maioria sem troca de fogos, quando seus locais de esconderijo foram descobertos por civis. O adestramento específico das equipes de F Esp em vigilância operacional basicamente teve início ao serem enviadas para o Kuwait antes do conflito. Essas equipes frequentemente não têm uma arquitetura de comunicações em comum com as forças convencionais; tampouco estão, de modo geral, providas de equipamentos modernos de vigilância. Podem transmitir informações por meio de redes internas incompatíveis com as comunicações das forças convencionais.

Com frequência, os elementos de F Op Esp não são bem adestrados em vigilância; em vez disso, têm como foco principal as tarefas de ação direta, contraterrorismo ou combate não convencional, entre outras. Por essas e outras razões, é provável que os comandantes convencionais tenham dificuldade em determinar o grau de *expertise* em vigilância das unidades de F Op Esp, possivelmente levando-os a empregar as equipes além de suas verdadeiras capacidades. A preferência em utilizar F Op Esp como as equipes de SEALs no lugar de

tropas convencionais adestradas em reconhecimento é claramente descrita nos relatórios pós-ação, sendo ilustrada pelo elemento SEAL escolhido por um comandante convencional no lugar de um pelotão de reconhecimento do Corpo de Fuzileiros Navais, para conduzir uma missão de vigilância na Operação *Red Wings*, em junho de 2005. Diversos fatores contribuíram para o final trágico, amplamente conhecido com base no livro sobre a sobrevivência de Marcus Luttrell⁵. A fração de fuzileiros navais teria adotado uma abordagem diferente. Havia proposto caminhar até a área do objetivo, em vez de executar a infiltração por “fast rope”, e fornecer sua própria força de reação, em vez de se apoiar em um elemento helitransportado de uma área mais distante. Além disso, havia levado uma capacidade bem maior de comunicações do que o pequeno elemento SEAL.

Não há nenhuma argumentação doutrinária que exija que as F Op Esp forneçam aos comandantes convencionais uma capacidade de Rec Esp. Os comandantes de forças convencionais podem presumir ou estar mal-informados sobre a existência de uma capacidade de Rec Esp no teatro de operações, mas podem acabar descobrindo que ela não está disponível quando necessária. Parece equivocado estruturar unidades do Exército com uma deficiência tão grande em relação a unidades de vigilância operacional confiáveis dedicadas a essa difícil missão.

Sistemas Aéreos Não Tripulados

A proliferação de SANTS; o constante aprimoramento da portabilidade dos *feeds* de transmissão de veículos aéreos não tripulados (VANTS); e o aumento da capacidade de sensoriamento têm sido significativos durante a Guerra Global contra o Terrorismo. Os vídeos *full-motion live* ou *near live* estabelecem o padrão para a transmissão de informações completas por um meio de vigilância. Os VANTS podem interditar os alvos ao mesmo tempo que proveem vigilância, representando um baixo risco para o pessoal, caso comprometidos. Além disso, muitos SANTS proporcionam maior capacidade de comunicações com as forças táticas. Os SANTS são, de modo geral, capazes de se comunicar com todos os níveis de uma força convencional, o que lhes confere grande agilidade de resposta e ajuda a criar um cenário operativo comum. Esses atributos tornam os resultados obtidos com os SANTS mais previsíveis que os da maioria dos outros meios de vigilância, gerando



Integrante da 82nd Airborne Division lança um VANT Puma na Província de Ghazni, no Afeganistão, para conduzir o reconhecimento aéreo para as tropas terrestres, 25 Jun 12. (Foto do Sgt Mike MacLeod, Exército dos EUA)

a impressão de uma capacidade “plug and play” (“ligar e usar”). A dependência dos comandantes em relação a esses meios fez com que a Inteligência, Vigilância e Reconhecimento se tornasse sinônimo de SANTS durante boa parte da Guerra Global contra o Terrorismo.

Contudo, os meios aéreos são, muitas vezes, limitados pelas condições meteorológicas e autonomia de voo. Além disso, seu emprego em um futuro próximo no ritmo operacional com o qual os comandantes se acostumaram durante as Operações *Enduring Freedom* e *Iraqi Freedom* não é algo sustentável. Segundo um artigo publicado em 2015 pelo jornal *Washington Post*, os comandantes talvez tenham de enfrentar uma redução da capacidade de SANTS⁶. Embora a clareza de um *feed* de vídeo possa ser superior à transmissão de rádio ou fotos de uma equipe de reconhecimento, ele pode, às vezes, criar a falsa impressão de estar fornecendo informações completas, caso não seja integrado com outros métodos de busca de informações. As assinaturas de radar dos *drones* podem apresentar riscos para

as operações, e eles podem ser facilmente visados até mesmo por forças com uma moderada capacidade de defesa antiaérea. Um VANT frequentemente precisa ser direcionado a um alvo pelos meios terrestres, por ter uma visão restrita do campo de batalha e estar isolado dos acontecimentos no terreno. Os SANTS devem ser vistos como um poderoso reforço às unidades de vigilância terrestres, e não como seus substitutos. Os comandantes convencionais que se apoiem em F Op Esp e SANTS precisam garantir que as condições meteorológicas e as missões de maior prioridade não restrinjam sua capacidade orgânica de busca de informações.

Vigilância de Longo Alcance

As companhias de LRS são elementos orgânicos do corpo de exército; dedicam-se exclusivamente à vigilância; e deveriam ser o meio mais confiável de busca de informações para o comandante do grande comando. As companhias têm a mesma arquitetura de comunicações que o comando que apoiam. Foram

concebidas para prover a capacidade de infiltração por terra, mar ou ar. Uma companhia de LRS tem uma lista de tarefas essenciais de missão que se restringe quase exclusivamente à busca de informações por meio da vigilância. As equipes de LRS devem ser capazes de transmitir relatórios por escrito e fotos por comunicações de alta frequência ou satélite a partir de qualquer parte do mundo. Estão preparadas para enfrentar quaisquer condições de tempo e podem manter-se em posição por 72 horas contínuas sem apoio ou por até sete dias com planejamento antecipado. Podem adaptar-se a mudanças imprevistas no terreno e na situação do inimigo. Exercícios recentes demonstraram a capacidade de fornecer vídeos *full-motion* além do horizonte a partir de equipes de LRS a pé — uma capacidade complementar frequentemente mais persistente que as plataformas aéreas. Os avanços nas capacidades de LRS ultrapassaram os recursos anteriores de transmissão de voz e fotos e permanecerão relevantes no futuro.

Entretanto, a LRS do Exército dos EUA é mal organizada, fazendo com que o sucesso de cada unidade dependa inteiramente de características pessoais. As técnicas e capacidades não são as mesmas em todas as companhias e nem é possível prever quais estão ou poderão estar disponíveis, devido à constante mudança de comandantes. Isso limita o entendimento dos comandantes mais antigos com respeito à LRS e prejudica a confiabilidade das companhias. Os equipamentos de vigilância e comunicações estão obsoletos, e as unidades de apoio estão dispersas entre as companhias, limitando a instrução e adestramento das habilidades especiais, como a infiltração por salto livre ou aquática. Há instalações espalhadas por todo o Exército, aumentando o custo e a redundância. As diferentes companhias não contam com um comando que as reúna, de modo a assegurar a padronização de táticas, técnicas e procedimentos; competência dos comandantes; ou a relevância dos equipamentos e treinamentos.

Desde 1986, ex-comandantes de LRS, como o Ten Cel Isaac Rademacher e outros, defendem a fusão dessas unidades⁷. Esses comandantes identificaram deficiências que não foram resolvidas pela designação de companhias de LRS aos batalhões de Inteligência militar, regimentos de cavalaria ou batalhões de comando de corpo de exército. Essas deficiências incluem

a falta de *expertise* nas táticas, técnicas e procedimentos específicos às unidades nos níveis batalhão e brigada; a falta de suficiente apoio dos dobradores de paraquedas; e uma estrutura inadequada para proporcionar o apoio às operações. Todos esses comandantes defenderam o estabelecimento de um comando acima do nível companhia, para possibilitar a padronização e definição de responsabilidades.

Recomendações

As companhias de LRS constituem a capacidade de vigilância orgânica e persistente mais confiável das forças convencionais. Dissolvê-las eliminará a última fração de vigilância operacional especializada disponível aos comandantes de corpo de exército e força-tarefa conjunta. Para adestrar e empregar essas unidades de modo mais eficaz, as companhias de precursoras e de LRS devem ser reunidas em um batalhão de vigilância e reconhecimento operacional (OSRB, na sigla em inglês). Faz-se necessária uma reorganização das diferentes companhias de LRS, sem a necessidade de aumento de efetivo, para fornecer resultados uniformes por todo o Exército. As companhias dentro de um OSRB manteriam seus laços táticos com o comando de corpo de exército enquadrante, mas seriam capazes de definir sua composição de meios para finalidades baseadas na missão, na ameaça e na situação de tropas amigas. Um batalhão composto de companhias de LRS empregaria destacamentos em lugar de equipes; padronizaria as táticas, técnicas e procedimentos; aumentaria em 30% o total de equipes de LRS mediante a reorganização das seções de comunicação e vigilância; e aperfeiçoaria o apoio de dobradores de paraquedas.

A LRS deve ser empregada no nível destacamento — uma melhora em relação às equipes independentes. Conforme demonstrado pela Operação *Red Wings* — em que o ônus total do comando de missão tático foi colocado nas mãos de um chefe de equipe que conduzia a vigilância — nas operações das frações, existe a necessidade crítica de comando de missão tático por graduados e oficiais intermediários afastados das ações no objetivo⁸. Embora muitas organizações — particularmente as unidades de vigilância —, destinem-se ao emprego no nível grupo de combate ou esquadra, elas precisam de um posto de controle de missão na maioria dos casos. Essa composição de meios capacitaria as



Integrantes da Companhia de LRS do XVIII Airborne Corps obtêm certificação no sistema de infiltração e exfiltração de patrulhas especiais em Fort Pickett, Virgínia, em preparação para assumir a missão da *Global Response Force*, 23 Set 12. (Foto de Brian Fitzgerald)

equipes a se concentrarem em seus objetivos, enquanto o posto de controle de missão se dedicaria às contingências, às comunicações de longo alcance e às decisões táticas entre os elementos de apoio.

Embora seja minimamente suficiente para adestrar e desdobrar equipes, uma companhia de LRS é insuficiente para fazer o mesmo com destacamentos valor pelotão. O Exército requer comandantes de batalhão para certificar que os pelotões estejam prontos para as operações. Os destacamentos de LRS requerem um comando de batalhão para certificar sua *expertise* em técnicas de comunicações sofisticadas, infiltrações de

alto risco e vigilância. Após ter-se estabelecido um batalhão qualificado, o emprego de elementos de LRS deve ser modificado para possibilitar o uso da sede do destacamento como um posto de controle de missão, para melhor mitigar o risco operacional.

A falta de apoio de fogo orgânico e a redução do efetivo total dificultam o emprego da LRS. Segundo o quadro de organização constante do *site* Force Management System (Sistema de Gestão de Forças), as companhias de LRS foram reduzidas de uma formação de 139 para 100 integrantes (30%), quando as brigadas de vigilância do campo de batalha foram dissolvidas em 2014 e 2015⁹. A reorganização também eliminou o apoio de fogo das companhias LRS e o apoio à equipe de controle aerotático. Um OSRB permitiria o batalhão a extrair funções das companhias de precursores para formar uma equipe de oficiais de ligação dedicada a cada companhia, um papel que vem sendo atualmente cumprido pelos soldados e oficiais de comunicações retirados de outros destacamentos da companhia. Com o apoio dos elementos de ligação, a companhia de LRS deveria designar os militares de comunicações às equipes de

vigilância. Isso acrescentaria três equipes de vigilância a cada companhia, perfazendo um total de 12, e ampliaria a capacidade de comunicações dentro de cada equipe. Também eliminaria a necessidade de formar um apoio de ligação *ad hoc* a partir de equipes de vigilância. A criação de um OSRB aumentaria o número de equipes de vigilância disponíveis de 18 para 36 em todo o componente da Ativa e devolveria o apoio de fogos e o apoio à equipe de controle aerotático à LRS sem ampliar o efetivo total.

A colocação do *Reconnaissance and Surveillance Leaders Course* (“Curso para Comandantes de



Militares do Exército dos EUA e da Força de Defesa da Austrália conduzem a vigilância a partir de seu esconderijo durante o Exercício *Talisman Sabre*, na Área de Adestramento de Shoalwater Bay, em Queensland, na Austrália, 17 Jul 11. (Foto do Cb J. P. Lawrence, Exército dos EUA)

Reconhecimento e Vigilância”) sob o comando do batalhão possibilitaria que os efetivos de LRS e precursores fossem devidamente adestrados; economizaria verbas; e manteria um padrão elevado de capacidades especiais do batalhão. Essa organização também proporcionaria continuidade ao batalhão, mantendo um elevado grau de proficiência nas unidades, em vez de depender de personalidades específicas para assegurar o sucesso.

Atualmente, cada companhia de LRS tem um destacamento de nove dobradores de paraquedas, que provê apoio direto às operações de salto enganchado, salto livre, e ressuprimento aéreo. Essa é uma quantidade insuficiente de dobradores para dar conta dos mais de 200 paraquedas necessários para certificar um destacamento para as operações de salto livre. A fusão dos destacamentos de dobradores em uma única companhia dentro de um OSRB possibilitaria uma rápida



concentração para cobrir ciclos intensos de adestramento, ao invés de exigir que os paraquedistas dobrassem seus próprios paraquedas. Essa mudança reduziria, ainda, o custo de manter três salas de oxigênio, equipamentos de dobragem e depósitos de paraquedas separados. A supervisão do programa de salto livre militar seria mais segura e eficaz, proporcionando dois níveis qualificados de comando acima do destacamento de dobradores (uma companhia de dobragem e um comando de OSRB).

Esse comando de batalhão entenderia as capacidades e limitações dos sistemas e do pessoal. O OSRB proporcionaria continuidade em operações aeroterrestres de alto risco e em outras táticas, técnicas e procedimentos, aumentando a segurança e a capacidade.

Atualmente, há três companhias de precursoras designadas a brigadas de aviação de combate no XVIII Airborne Corps. São, geralmente, incumbidas de missões de resgate de aeronaves abatidas ou destacamentos de segurança. Em virtude da semelhança entre as unidades de precursoras e as de LRS, a U.S.

Army Infantry School fundiu as tarefas essenciais de missão durante ações prévias para formar unidades combinadas. Embora as frações de precursoras não estejam aptos a conduzir missões de vigilância operacional por não contarem com equipamentos de comunicações sofisticados e o devido adestramento, os pelotões de precursoras têm, na verdade, uma ampla capacidade de reconhecimento. Empregados como uma força valor pelotão, são adequados às missões de reconhecimento a pé, rapidamente controlando os locais de aeronaves abatidas; ajudando no resgate de equipes de LRS; e provendo segurança em ambientes inóspitos, como parte de operações de estabilização. Essas capacidades seriam mais bem empregadas com a fusão das companhias e o alinhamento de um pelotão de precursoras ao I Corps, III Corps e XVIII Corps por meio de laços táticos.

O estabelecimento do OSRB é uma proposta que não requer uma ampliação de efetivo para concretizar plenamente a contribuição à busca de informações que as frações de precursoras e de LRS podem proporcionar. Ao combinar essas companhias distintas; redistribuir recursos redundantes dentro dessas formações para melhor apoiar essa missão; e realinhar as companhias para melhorar o adestramento em habilidades especializadas, o Exército obterá uma força convencional mais capaz, dedicada a apoiar os comandantes operacionais. Esses elementos evoluíram muito desde os dias de relatórios verbais e fotos, podendo explorar a tecnologia e técnicas para aumentar a consciência e o entendimento situacionais. O aprimoramento da mobilidade reduziu consideravelmente o risco e aumentou a capacidade de reação durante e após a infiltração. Os dispositivos leves de comunicações globais e vídeos *full-motion* aumentam a confiabilidade e a qualidade do produto fornecido. Faz-se necessária uma unidade de esforços por todo o Exército para obter melhorias que não sejam temporárias e dependentes de características pessoais. A decisão do Exército de dissolver essas companhias e economizar 600 cargos em troca da única fração especializada em vigilância não é um bom negócio. Um OSRB utilizaria os sistemas e as lições aprendidas do Exército para assegurar que as companhias de precursoras e de LRS fornecessem a capacidade de que os comandantes conjuntos e de corpo de exército necessitam. ■

O Capitão Brian Fitzgerald, Exército dos EUA, foi oficial de operações S-3 do 1º Batalhão (Aeroterrestre), 509º Regimento de Infantaria entre novembro de 2015 e julho de 2016. Serviu, anteriormente, como oficial de operações do Batalhão de Comando do XVIII Airborne Corps; comando de companhia de LRS do XVIII Airborne Corps e chefe de destacamento de LRS. Serviu em missões de apoio às Operações Enduring Freedom, Iraqi Freedom, New Dawn e Joint Guardian.

Referências

1. Joint Publication 1-02, *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, 8 November 2010, as amended through 15 February 2016), p. 222, acesso em 8 set. 2016, http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp1_02.pdf.
2. Fonte não revelada, discussão com o autor, 9 out. 2012.
3. Lawrence Freedman, *The Official History of the Falklands Campaign, vol. 2: War and Diplomacy* (New York: Taylor & Francis, 2005), p. 735.
4. Charles Lane Toomey, *XVIII Airborne Corps in Desert Storm: From Planning to Victory* (Ashland, OR: Hellgate Press, 2004), p. 299.
5. Marcus Luttrell with Patrick Robinson, *Lone Survivor: The Eyewitness Account of Operation Redwing and the Lost Heroes of SEAL Team 10* (New York: Little, Brown, 2007), p. 247; Ed Darack, *Victory Point* (New York: The Berkley Group, 2009), p. 161.
6. Missy Ryan, "Air Force Struggles to Keep Pace with Explosion in the Use of Combat Drones", *Washington Post*, 17 June 2015, acesso em 17 aug. 2016, https://www.washingtonpost.com/world/national-security/air-force-struggles-to-keep-pace-with-explosion-in-the-use-of-combat-drones/2015/06/17/5c16213c-14a3-11e5-9518-f9e0a8959f32_story.html; Thomas Doherty, "Intelligence Surveillance Reconnaissance is Greater Than Aerial Surveillance", *Small Wars Journal* website, 18 February 2014, acesso em 17 aug. 2016, <http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/intelligence-surveillance-reconnaissance-is-greater-than-aerial-surveillance>.
7. Isaac J. Rademacher, "Advancing the Capability of Long-Range Surveillance Units" (dissertação, Naval War College, 2012), p. 14; veja também David P. Anders, "Long-Range Surveillance Unit Application in Joint Vision 2010" (dissertação, U.S. Army Command and General Staff College [USA CGSC], 1999); Lewis C. Cochran, "Human Intelligence: Long-Range Surveillance for FORCE XXI" (dissertação, USA CGSC, 1996); Valery C. Keaveny, "Ensuring the Continued Relevance of Long Range Surveillance Units" (dissertação, USA CGSC, 1989); Michael M. Larsen, "Organizational Structure for Deep Ground Reconnaissance for Future Divisions and Corps" (dissertação, USA CGSC, 2006); Mark R. Meadows, "Long-Range Surveillance Force Structure in FORCE XXII" (dissertação, USA CGSC, 2000).
8. Luttrell, *Lone Survivor*, p. 247. Luttrell documenta como sua equipe SEAL, com quatro integrantes, valeu-se de procedimentos operacionais padrão mais bem adequados a missões de ação direta (como cortar a "corda rápida", ou *fast-rope*, após a infiltração); de uma quantidade mínima de equipamentos de comunicações; e de uma única equipe situada no mesmo local. Ed Darack, "Operation Red Wings: What Really Happened?" *The Marine Corps Gazette* (January 2011): 62, acesso em 14 nov. 2016, <https://www.mca-marines.org/gazette/2011/01/operation-red-wings> (assinatura requerida). Darack descreve o plano não utilizado do pelotão de reconhecimento do Corpo de Fuzileiros Navais, que incluía uma fração maior e comunicações mais potentes.
9. Force Management System website, acesso em 16 nov. 2016, <https://fmsweb.army.mil/> (CAC requerido).